

Recurso interposto em 14 de junho de 2021 pela Apologistics GmbH do Acórdão proferido pelo Tribunal Geral (Décima Secção) em 21 de abril de 2021 no processo T-282/20, Apologistics GmbH/ Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia

(Processo C-369/21 P)

(2021/C 462/28)

Língua do processo: alemão

Partes

Recorrente: Apologistics GmbH (representante: H. Hug, Rechtsanwalt)

Outra parte no processo: Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia, Markus Kerckhoff

Por Despacho de 22 de setembro de 2021, o Tribunal de Justiça da União Europeia (Secção de recebimento dos recursos de decisões do Tribunal Geral) decidiu não receber o recurso e condenou a recorrente a suportar as suas próprias despesas.

Recurso interposto em 8 de julho de 2021 por repowermap.org do Acórdão proferido pelo Tribunal Geral (Décima Secção) em 28 de abril de 2021 no processo T-872/16, repowermap.org/EUIPO e Repower

(Processo C-417/21 P)

(2021/C 462/29)

Língua do processo: francês

Partes

Recorrente: repowermap.org (representantes: P. González-Bueno Catalán de Ocón, abogado, W. Sakulin, advocaat)

Outras partes no processo: Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO), Repower AG

Por Despacho de 8 de setembro de 2021, o Tribunal de Justiça (Secção de recebimento dos recursos de decisões do Tribunal Geral) decidiu não receber o recurso.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Conseil d'État (França) em 30 de julho de 2021 — La Quadrature du Net, Fédération des fournisseurs d'accès à Internet associatifs, Franciliens.net, French Data Network/Premier ministre, Ministère de la Culture

(Processo C-470/21)

(2021/C 462/30)

Língua do processo: francês

Órgão jurisdicional de reenvio

Conseil d'État

Partes no processo principal

Recorrentes: La Quadrature du Net, Fédération des fournisseurs d'accès à Internet associatifs, Franciliens.net, French Data Network

Recorridos: Premier ministre, Ministère de la Culture

Questões prejudiciais

- 1) Os dados de identidade civil correspondentes a um endereço IP fazem parte os dados relativos ao tráfego ou de localização sujeitos, em princípio, a um controlo prévio obrigatório por um órgão jurisdicional ou uma entidade administrativa independente dotada de um poder vinculativo?